

ATA DA 51ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2012.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2012, às catorze horas, na Rua da Consolação, 371 – 6º andar, nesta Capital, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., sob a presidência do conselheiro Andrea Sandro Calabi, nos termos do que dispõe o artigo oitavo - parágrafo segundo, do Estatuto Social, com a presença dos conselheiros David Zaia, Francisco Vidal Luna, Milton Luiz de Melo Santos, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi e Roberto Brás Matos Macedo, para apreciar os assuntos constantes da ordem do dia: **(i)** leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 19/12/2011; **(ii)** apresentação do Painel Eletrônico de Indicadores de Desempenho – Metas 2011; **(iii)** apresentação sobre o *status* de negócios; **(iv)** apresentação sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR; **(v)** apresentação sobre o Programa de Incentivo à Renovação de Frota – Projeto piloto: Santos; **(vi)** apresentação e deliberação sobre o Plano de Auditoria Interna, para 2012; **(vii)** apresentação e deliberação sobre o Relatório da Ouvidoria – 2º semestre de 2011; **(viii)** apresentação e deliberação sobre a revisão do Plano de Metas 2012; **(ix)** apresentação e deliberação sobre o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativo a 2011; **(x)** apresentação e deliberação sobre o estudo técnico para a constituição de créditos tributários; **(xi)**

apresentação e deliberação sobre as regras de enquadramento para créditos ao setor público; **(xii)** apresentação e deliberação sobre crédito aos municípios Várzea Paulista e Itupeva; **(xiii)** apresentação e deliberação sobre o relatório de prestação de contas do Fundo de Aval do Estado de São Paulo - FDA; **(xiv)** deliberação sobre a eleição de membro do Conselho de Administração; **(xv)** outros assuntos. Para secretariar a reunião, foi indicada a senhora Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Superintendente de Governança e Planejamento da Nossa Caixa Desenvolvimento. Presente, ainda, o senhor Valdemir Sartorelli, Superintendente Jurídico da Nossa Caixa Desenvolvimento, como convidado. Foram justificadas as ausências dos conselheiros Paulo Alexandre Pereira Barbosa e Lídia Goldenstein. Em seguida, os conselheiros passaram à apreciação dos itens constantes da ordem do dia, conforme se segue: **(i)** após a devida leitura, a ata da reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19 de dezembro de 2011, foi aprovada; **(ii) PAINEL ELETRÔNICO – METAS 2011.** Considerando os parâmetros de metas aprovados, o Plano de Metas 2011 apresentou a seguinte situação, em dezembro de 2011: indicador Saldo da Carteira, com 83,20% da meta; Índice de Cobertura, com 91,11% da meta; Índice de Inadimplência, com 0% da meta, decorrentes de dois apontamentos que elevaram o índice a 1,15%. Observa-se que a meta máxima para esse indicador era de 0,50%; ROAE, com 97,91% da meta; e Número de Reclamações - Ouvidoria, com 100% da meta. A meta global da Nossa Caixa Desenvolvimento, apurada por meio da ponderação dos resultados e pesos dos respectivos indicadores, apresentou um percentual de 78,16% da meta, ao encerramento do ano de 2011; **(iii) STATUS DE NEGÓCIOS.** Na sequência, o Sr. Milton Luiz apresentou a situação de negócios da Nossa Caixa Desenvolvimento. Em 30/12/2011, ela apresentava o valor de R\$ 136,1 milhões de operações de crédito liberadas com recursos do BNDES, com 355 operações, e R\$ 350,5 milhões com recursos próprios, com 1.541 operações, sendo que 68% foram desembolsados para a indústria de transformação, tendo sido beneficiados 161 municípios, com 18,82% para o município de São Paulo. Para o setor público, foram desembolsados R\$ 33,2 milhões. O Comitê de Crédito analisou 1.136 propostas de financiamentos.

Até 30/12/11, a Nossa Caixa Desenvolvimento liberou 85,4% de recursos para microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O saldo da carteira apresentava o valor total de R\$ 337,0 milhões, com 89% das operações classificadas com *ratings* AA e A, sendo que 46% do saldo foram de operações para capital de giro e 54% para investimentos; **(iv)** atendendo a solicitação do Conselho de Administração, na última reunião, o senhor Julio Themes Neto, Diretor de Fomento, e a senhora Ana Maria Gava Santiago foram convidados a apresentar o *status* do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR, e a trazer novas propostas de atuação para a região. Com um patrimônio de R\$ 17,5 milhões, o FVR financiou 118 contratos, e, em dezembro de 2011, possuía, em sua carteira, 02 contratos em situação adimplente e 55 com inadimplência acima de 60 dias. Como resultado de estudos realizados para intensificar a operacionalização do fundo, a diretoria da Nossa Caixa Desenvolvimento propôs as seguintes alterações nas regras do FVR: a) a Nossa Caixa Desenvolvimento passa operacionalizar os financiamentos e a constar como administradora no contrato hoje existente entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e o Banco do Brasil; b) emitir Decreto para a migração de R\$ 5 milhões destinados ao fundo de equalização de taxas de juros para o saldo do setor privado; c) avaliar possibilidade de operar na região via cooperativas de crédito rural; d) adequar a operacionalização do fundo, mediante as seguintes alterações: 1. o tomador passará a ter o valor de financiamento pelo que individualmente poderá financiar e não por tipo de atividade; 2. o limite do financiamento passa a ser de até 100% de sua capacidade, para todos; 3. manter as operações atuais sob responsabilidade do Banco do Brasil, até a liquidação total; 4. manter os encargos e garantias atuais. Após considerações, os membros do Conselho se manifestaram favoráveis a proposta apresentada. Os próximos passos serão: reunião com a Secretaria Executiva do Fundo para apresentar as novas propostas; fazer minutas de Decreto e de Manual de Política Operacional contemplando as mudanças; definir as regras de operação e submetê-las ao Comitê Orientador do FVR para aprovação; desenvolver sistema para abrigar as operações do FVR; envolver as demais áreas da NCD para desenvolvimento das

novas rotinas; **(v)** foi apresentado o Programa de Incentivo à Renovação de Frota, que tem como objetivo estimular os caminhoneiros autônomos e micro empreendedores a trocarem seu veículo de carga antigo (mais de 30 anos), por veículo novo ou usado em melhores condições, por meio de financiamentos concedidos em linhas específicas, onde, para o caso da Linha Porto Verde, a ser lançada com recursos da Nossa Caixa Desenvolvimento, o interessado deverá baixar, dos registros dos órgãos competentes, o veículo a ser substituído e entregá-lo para reciclagem. O programa piloto será no porto de Santos. Inicialmente, será disponibilizada a linha do BNDES Pró-Caminhoneiro, que financia até 90% do valor do bem, com taxas de juros de 7% a.a., prazo de até 96 meses, com carência de seis meses e utilização obrigatória do Fundo Garantidor de Investimento. Concluída a apresentação, os membros do Conselho se manifestaram favoráveis à continuidade do projeto nos termos apresentados; **(vi) VOTO 001/12 – PLANO DE AUDITORIA INTERNA 2012.** O Plano de Auditoria Interna 2012, que contempla os trabalhos a serem desenvolvidos nos controles automatizados (Sistema *Finance*), processos (segurança da informação, despesas gerais, pessoal, comunicação, normas, garantias/central de risco, gestão de fundos de desenvolvimento), áreas (SUCON e SUJUR), auditoria contínua em operações de crédito em geral e atividades de exceção, foi aprovado, na forma proposta; **(vii) VOTO 002/12 – RELATÓRIO DE OUVIDORIA.** Foi aprovado o Relatório da Ouvidoria – 2º semestre de 2011, que apresenta seção descritiva sobre a estrutura de atendimento e adequações dos procedimentos às exigências legais, e uma seção estatística, contendo as informações consolidadas das reclamações registradas no período. No 2º semestre de 2011, foram registradas dez ocorrências, sendo seis classificadas como improcedentes e quatro classificadas como procedentes e solucionadas; **(viii) VOTO 003/12 – REVISÃO DO PLANO DE METAS 2012.** O Sr. Milton Luiz observou que, em setembro de 2011, foi aprovado por este Conselho e encaminhado ao CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, o Plano de Metas 2012 da Nossa Caixa Desenvolvimento. Em 19/12/11, foi aprovada pelo Conselho de Administração a revisão orçamentária e, assim, tornou-se necessário rever as metas

dos indicadores aprovados no Plano de Metas, alinhando-os ao novo orçamento. Observou, também, que, passados dois anos e meio do início das operações de crédito, há mais condições de análise de comportamento da carteira, obtendo assim melhor apuração nos resultados esperados para o indicador de inadimplência. Com base no orçamento aprovado e no estudo sobre a inadimplência registrada no mercado e nas demais Instituições Financeiras de Desenvolvimento - IFD's foi elaborada pela Diretoria a seguinte proposta de metas, para 2012: 1 - Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (Médio) – ROAE, meta - 4,31%, peso 0,20; 2 - Saldo da Carteira de Crédito, meta R\$ 587.908.332,47, peso 0,25; 3 – Índice de Cobertura, meta - 81,03%, peso 0,25; 4 - Índice de Reclamação, meta - 25 reclamações procedentes/ano, peso 0,15; 5 - Índice de Inadimplência, meta - 2,50% (máximo), peso 0,15. Após considerações, o Conselho deliberou aprovar e encaminhar ao CODEC, para exame, as metas nos termos propostos, com alteração da meta para o Índice de Inadimplência, que foi estabelecida em 1,75% (máximo) e peso de 0,15;

(ix) VOTO 004/12 – PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, RELATIVO AO ANO DE 2011. Matéria excluída da pauta; **(x) VOTO 005/12 – ESTUDO TÉCNICO PARA CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.** Convidado a apresentar a matéria, o Sr. Paulo Roberto Penachio, Diretor de Infraestrutura e TI, esclareceu que o registro dos créditos tributários somente pode ocorrer se a instituição apresentar lucros ou receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social em três dos últimos cinco exercícios sociais, e desde que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para incidência desses dois tributos, conforme o caso, em períodos subseqüentes. E, ainda, que o registro seja baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. Diante disso, elaborou-se o estudo técnico com projeção dos resultados para o período compreendido entre 2012 e 2021, conforme especificações da Circular BACEN nº 3.171. Em 31/12/2001, foi constituído crédito tributário no montante de R\$ 1.847 mil, correspondente a 34% das adições temporárias na

apuração do Lucro Real relativo ao exercício de 2011. Concluída a apresentação da matéria, foi aprovado o estudo técnico apresentado para constituição de créditos tributários; **(xi) VOTO 006/12 – CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO – LIMITES DE FINANCIAMENTO – REGRA.** O Sr. Milton Luiz esclareceu que, a pedido do Conselho de Administração, foi elaborada nova proposta de regras com limite único para cada município, independente das linhas de financiamento, com base no Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS e um percentual máximo sobre o valor do pleito municipal. Após considerações, os membros do Conselho deliberaram a adoção de um limite único para a concessão de crédito, por município, independente da linha de financiamento, de no máximo 10% do valor destacado do Patrimônio de Referência (R\$ 200 milhões, atualmente), direcionado ao crédito ao setor público, respeitadas os limites individuais definidos por outras esferas competentes, como o Tesouro Nacional e as alçadas internas de crédito. **(xii) VOTO 007/12 – CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO – VÁRZEA PAULISTA E ITUPEVA.** Em consequência da deliberação do Voto 006/12, o Sr. Milton Luiz solicitou, e os membros do Conselho aprovaram, o enquadramento dos pedidos de crédito dos municípios Várzea Paulista e Itupeva na nova regra definida; **(xiii) VOTO 008/12 – RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.** Em atendimento ao Decreto Estadual nº 54.228, a Nossa Caixa Desenvolvimento, com base na administração que efetua das operações e nas informações recebidas do Agente Financeiro dos Fundos de Desenvolvimento (Banco do Brasil), preparou o Relatório de Prestação de Contas do FDA – Fundo de Aval do estado de São Paulo, referente ao quarto trimestre de 2011 e ao ano como um todo, o qual foi aprovado pelo Conselho, com vistas ao encaminhamento ao CEDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; **(xiv) VOTO 009/12 – ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** Em 16 de novembro de 2011, o Senhor Emanuel Fernandes renunciou ao Cargo de Conselheiro de Administração, estando vago, portanto, o cargo desde aquela data. Por meio do Parecer CODEC 004/2012, de 20 de janeiro de 2012, e em atendimento à autorização governamental, foi encaminhada a esta instituição financeira, indicação para eleição,

como membro do Conselho de Administração, em substituição ao Conselheiro acima mencionado, o Senhor Julio Francisco Semeghini Neto. Vale observar ainda, que compete à Assembleia Geral eleger o membro do Conselho de Administração, sendo admitida essa eleição pelo próprio Conselho na hipótese de vacância do Cargo antes do término do mandato, hipótese em que a escolha do substituto se dará para completar o mandato do substituído, bem como, a deliberação ficará sujeita à ratificação posterior da Assembleia Geral (Artigo 12). Colocada em votação a matéria, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos deliberaram eleger o Senhor Julio Francisco Semeghini Neto, brasileiro, casado, engenheiro eletro-eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.994.255, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.505.358-52, residente e domiciliado na Alameda Franca, nº 1.467, apartamento 124, Consolação, CEP 01422-001, São Paulo – SP, para o cargo de Conselheiro de Administração, como representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, conforme inciso III do artigo 8º do Estatuto Social da Nossa Caixa Desenvolvimento. O Conselheiro eleito deverá exercer suas funções nos termos do Estatuto Social da Companhia, com mandato coincidente com os demais Conselheiros, nos termos do Estatuto Social, até a Assembleia Geral que se destinar a aprovação das contas de 2012. A presente eleição será submetida à ratificação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 12 do Estatuto Social, observado o disposto no caput, do artigo 140, da Lei Federal nº 6404/1976. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições vigentes, cabendo destacar também a necessidade de observância da Deliberação CODEC 01/2010. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável à matéria. Quanto à sua remuneração, será fixada de acordo com os valores estabelecidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC e corresponderá a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal dos diretores da Nossa Caixa Desenvolvimento, condicionado o seu recebimento à observância das condições previstas no parecer CODEC nº 116/2004, podendo fazer jus, ainda, ao prêmio eventual, conforme disposto no

Parecer CODEC nº 150/2005 e à gratificação “*pro rata temporis*” a que faz menção o Parecer CODEC nº 057/2003 e o artigo 4º da Deliberação CODEC 01/91; **(xv) OUTROS ASSUNTOS.** Nada mais havendo a tratar, declarou o Presidente do Conselho encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion – Secretária, e pelos Conselheiros de Administração.

ANDREA SANDRO CALABI

Presidente

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO

Conselheiro

FRANCISCO VIDAL LUNA

Conselheiro

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

Conselheiro

DAVID ZAIA

Conselheiro

MÔNICA CARNEIRO MEIRA BERGAMASCHI

Conselheira